

Existe um populismo contemporâneo?

GILBERTO MARINGONI

RESUMO: A palavra populismo voltou a ser utilizada para classificar fenômenos políticos que guardam pouca relação entre si. Lideranças politicamente distintas têm sido classificadas como populistas. O termo, conceitualmente impreciso, remete a um fenômeno observado na América Latina da primeira metade do século XX. Que características sociais engendrariam um novo tipo de populismo, nas primeiras décadas do século XXI, para gerar algo que se possa classificar como “surto populista”?



PALAVRAS-CHAVE: Populismo. Democracia. Representação. Fragmentação laboral. Identities.

Is there a contemporary populism?

ABSTRACT: The word populism is once again used to classify political phenomena that bear little relation to each other. Politically distinct leaderships have been classified as populist. The term, conceptually imprecise, refers to the phenomenon observed in Latin America in the first half of the 20th century. What social characteristics would engender a new type of populism, in the first decades of the 21st century, to generate something that could be classified as a populist outbreak?

KEYWORDS: Populism. Democracy. Representation. Labor fragmentation. Identities.

GILBERTO MARINGONI

Doutor em História Social pela FFLCH-USP e Professor Associado II da Universidade Federal do ABC.
Email gilberto.maringoni@ufabc.edu.br

DATA DE ENVIO: 18/03/23

DATA DE APROVAÇÃO: 23/06/23

1. Introdução

Este artigo visa examinar lideranças políticas surgidas em várias partes do mundo após os anos 1990, classificadas sem critérios claros como *populistas* ou *neopopulistas*. Muitas vezes tais dirigentes, também chamados de *antissistêmicos*, têm levado analistas – em meios acadêmicos e na mídia – a uma generalização conceitual que prima pela imprecisão.¹ Forças políticas de diferentes matizes são arroladas no escaninho do *populismo* – em especial no período pós-crise de 2008 –, como se fizessem parte de uma mesma vertente política, ideológica ou ainda comportamental. O leque vai da extrema direita à extrema esquerda e se mostra de pouca utilidade na definição de parâmetros conceituais. Aquilo que se denominou de ciclo de governos de centro-esquerda na América Latina – distintos entre si – também recebeu tal classificação, entre 1999-2015. A partir daí, coloca-se a seguinte questão: é possível chamar de populistas personalidades políticas que escapem de classificações claras?

A palavra *populismo* conheceu significados variados ao longo dos últimos cem anos e tornou-se uma espécie de guarda-chuva conceitual para fenômenos de variados significados. Aqui cabe uma pergunta: *populismo* é um conceito? Ou seja, o vocábulo encerra uma concepção, uma noção ou uma ideia clara sobre determinado e específico fenômeno histórico-político? Adjetivar alguém como “populista” ajuda a explicar alguma coisa? Ou se trata de uma denominação genérica, que mais encobre do que revela seu objeto? Marco Revelli denomina esta palavra de *catch all word*, “uma palavra ‘abrangente’, que puxa para si, como se pertencessem à mesma natureza, coisas velhas e novas” (REVELLI, 2017, p.6).

Na introdução de “Populismo y neopopulismo en América Latina: el problema de la Cenicienta”, Maria Moira Mackinnon e Mario Alberto Petrone citam o trecho de uma conferência na qual

¹ Embora a denominação populista remonte à segunda metade do século XIX, não vamos aqui traçar sua genealogia mais profunda. Os *narodniks* russos – movimento de esquerda com presença entre camponeses pobres na década de 1860-70 – e o Partido do Povo – ou Partido Populista, organização atuante também no meio agrário – nos Estados Unidos dos anos 1890 moldaram-se em sociedades distintas das atuais. Importa aqui ver o populismo como fenômeno de massas, em sociedades urbanas e industriais.

Isaiah Berlin classifica o populismo como uma espécie de dilema de Cinderela: “Um príncipe sempre vagueia errante com um sapato; e em algum lugar, temos certeza, um pé chamado puro populismo o aguarda”. Em seguida, os autores complementam:

Vilipendiado por cientistas sociais, condenado por políticos de esquerda e de direita, portador de uma forte carga pejorativa, não reivindicado por nenhum movimento ou partido político da América Latina para auto-definir-se, o populismo, essa Cinderela das ciências sociais – é, em suma, um problema. (MACKINNON; PETRONE, 1998, p. 11-12)

A palavra carrega assim forte carga crítica negativa. Populista seria algo autoritário, arcaico, fora de moda e atrasado em um mundo que se globaliza e se interliga aceleradamente.

Haveria pontos de contato real entre dirigentes como Viktor Orbán (Hungria), Rodrigo Duterte (Filipinas), Andrzej Duda (Polônia), Jair Bolsonaro (Brasil), Matteo Salvini (Itália), Donald Trump (EUA) e os partidos/movimentos Syriza (Grécia), Podemos (Espanha), Occupy Wall Street (EUA) ou Cinco Estrelas (Itália)? E entre esses e Lula (Brasil), Hugo Chávez (Venezuela), Rafael Correa (Equador) e Evo Morales (Bolívia)?

Existe efetivamente traços comuns em tão largo leque de supostos representantes do chamado populismo? Quase todos foram eleitos e desfrutaram de altos índices de popularidade em algum ponto de seus mandatos. Tiveram também no uso intensivo dos meios de comunicação – em especial as redes sociais – a forma mais comum para manterem contato direto com a população, algo que ganhou mais impulso após a disseminação dos *smartphones* com conexão à internet. Apresentaram comportamentos autoritários e buscaram unir algum ente abstrato – uma idealização de “Nação” ou “povo” – contra um inimigo comum. Os líderes populistas seriam figuras centralizadoras e personalistas. A lista de atributos é tão longa quanto vaga.

As tensões em torno do que seria o populismo apontam não apenas para uma palavra de significado flexível, mas para fenômenos objetivos que merecem enfoques variados. É nesse emaranhado de variáveis que se deve buscar pertinências teóricas para seu estudo.

1.1 HIPÓTESE

Nossa hipótese é que há um grande equívoco teórico ao se tentar classificar o populismo como algo vinculado primordialmente à subjetividade ou a características pessoais de agentes políticos e não como decorrências de condições objetivas e históricas da realidade em determinado tempo. É mais pertinente investigar como é criada a *oportunidade histórica* para seu advento. A partir daí é preciso estabelecer parâmetros comuns dos lugares/tempos históricos nos quais o fenômeno se manifesta.

Ao nosso ver, o populismo contemporâneo é uma das expressões políticas de crises de representação provocadas pela perda de referências coletivas de parcelas significativas dos de baixo, graças às políticas de desregulamentação, flexibilização e precarização do mundo do trabalho, que alteraram os contornos das classes sociais. Vivemos pelo menos desde os anos 1980, em todo o mundo capitalista e de forma singular em cada país, a mitigação de vínculos societários resultantes da organização do trabalho fordista, em grandes unidades de produção.² A perda de direitos, o apelo à individualização, a uberização, o chamado empreendedorismo, entre outros fatores, afetaram a organização social do trabalhador, a percepção do coletivo em favor de um mundo de indivíduos em constante competição entre si. As mudanças nas estruturas de classe impactam fortemente sua representação política e colocam em questão pactos de convivência democrática estabelecidos em períodos anteriores. Abre-se assim caminho para o surgimento de um populismo de novo tipo, distinto de suas manifestações tidas como clássicas na América Latina.

Nestas décadas iniciais do século XXI, o surgimento de lideranças salvacionistas ou providenciais parece estar diretamente ligado a políticas de desmonte do Estado, de serviços públicos e do emprego formal, com conseqüente queda da qualidade de vida das majorias, características evidentes da aplicação de políticas

2 Ver, entre outros: ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha:** Ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005; e BRAGA, Ruy. **A política do precariado:** Do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

neoliberais ao longo das últimas quatro décadas. Tais lideranças surgem em geral a partir de crises de representação no sistema político e se colocam, em geral, como vindas de fora deste.

1.2 O QUE SERIA O POPULISMO?

A ideia de populismo é elástica e complexa o suficiente para alcançar qualquer coisa, tempo e lugar. Peguemos alguns excertos de autores que se voltaram para o tema nas últimas três décadas.

O *Dicionário de Política*, organizado por Norberto Bobbio, ressalta que:

O populismo não conta efetivamente com uma elaboração teórica orgânica e sistemática. (...) Como denominação, se amolda facilmente a doutrina e a fórmulas diversamente articuladas e aparentemente divergentes. (...) As dificuldades do populismo se ressentem da ambiguidade conceitual que o próprio termo envolve (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 980).

Michael L. Conniff, organizador de “Populism in Latin America” busca compreender os parâmetros do fenômeno:

O mais próximo que podemos chegar de uma descrição sintética do populismo latinoamericano pode ser expresso desta forma: populistas foram líderes que mantiveram relacionamentos carismáticos com massas de apoiadores e que venceram eleições com regularidade (CONNIFF, 1999, p. 7, tradução nossa).

Mais recentemente, John B. Judis refletiu:

[Uma] importante característica das campanhas e partidos populistas (...) é que eles geralmente funcionam como sinais de alerta de crises políticas. Movimentos populistas americanos emergiram apenas em circunstâncias muito especiais (JUDIS, 2016, p. 16, tradução nossa).

A definição de Judis é a que mais atenta para a historicidade do fenômeno – levando-se em conta essa pequena seleção de trechos –, embora não coloque tal distinção no centro de sua análise. Mas

sua apreciação de que o populismo só é observado em condições muito especiais introduz uma interessante variável de análise. Entre as “circunstâncias especiais” citadas, podemos arrolar perdas de referências políticas, sociais e de identidade por parte de grandes contingentes populacionais e suas posteriores (re)identificações com um líder ou chefe.

Uma classificação geral do que seria um líder populista, comumente aceita, dá conta de tratar-se do dirigente que estabelece vínculos e canais diretos com sua base social, sem a mediação de entidades ou organismos institucionais. Um personagem com tais atributos se relacionaria com multidões, acima de partidos, de parlamentos, de sindicatos, etc.

Sobre esse tema, vale a pena uma lembrança de Antonio Gramsci:

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos (GRAMSCI, 2002, v. 3, p. 60).

“Homens providenciais ou carismáticos” ou “soluções de força”. Mais do que um aventureiro ou ditador, Gramsci aponta que a recomposição da institucionalidade após uma grave crise política pode se dar através de uma solução extrassistema político. Os casos clássicos do populismo latino-americano apontam para dirigentes que se colocaram diante da opinião pública aparentemente vindos de fora da institucionalidade vigente.

Não se pode examinar tais manifestações do populismo apenas por seus aspectos exteriores ou suas manifestações fragmentadas. É necessário observar quais as bases objetivas para o seu surgimento.

Benjamin Moffitt assim aborda o tema:

Estamos aparentemente vivendo em tempos populistas. Os efeitos da crise financeira global se arrastam, a crise da dívida soberana na Zona do Euro continua a ameaçar a própria existência da União Europeia e, mais amplamente, é alegado que estamos sofrendo uma crise de fé na democracia, com filiação partidária caindo drasticamente e os cidadãos se tornando cada vez mais desiludidos com a política dominante (MOFFITT, 2016, p. 1, tradução nossa).

Moffitt argumenta que o populismo deve deixar de ser visto como acontecimento regional em favor de um processo global. O autor interpreta o fenômeno como consequência da evolução do capitalismo contemporâneo, aliado às novas possibilidades abertas pelo progresso nas comunicações. E enfatiza a importância das mídias virtuais. Tais ferramentas facilitadoras, utilizadas à larga em eleições recentes, como as de Donald Trump (EUA) e de Jair Bolsonaro (Brasil), têm importância vital nas disputas pelo poder e pela legitimidade das lideranças perante seu “povo”, ou sua base social. Mas não se pode absolutizar a tecnologia em detrimento da abertura de condições para que o populismo viceje. Ou seja, embora a tecnologia seja um poderoso fator de contato do líder com as massas e potencialize a oportunidade populista, esta é a determinante e não aquela.

Os pesquisadores Cas Mudde e Cristóbal Rovira Kaltwasser fazem uma varredura conceitual nas várias acepções do termo e procuram identificar as condições concretas que viabilizam a ação populista. Logo de saída, ambos escrevem:

(...) no contexto europeu, populismo sempre se refere a ações antimigrantes e xenófobas, enquanto na América Latina é frequentemente aludido ao clientelismo e à má gestão econômica (MUDE; KALTWASSER, 2017, p. 2, tradução nossa).

Na tentativa de recapitular o uso do termo, Mudde e Kaltwasser apontam:

Uma abordagem mais recente considera o populismo, em primeiro lugar, como uma estratégia política empregada por um tipo específico

de líder que procura governar com base no apoio direto e não-intermediado de seus seguidores (MUDE; KALTWASSER, 2017, p. 4).

Ou seja, o populismo seria uma tática utilizável por qualquer agente político visando atingir determinada meta. Seria, assim, aplicável a qualquer situação. Contraditoriamente, o livro também aponta quando e porque o populismo se manifesta. Os autores não são historiadores e talvez isso explique o fato de se valerem de termos e conceitos da Ciência Política para afirmar questões que se colocam como ligadas à historicidade do populismo.

2. Surgimento

Na segunda metade dos anos 1960, o sociólogo argentino Gino Germani desenvolveu a hipótese de que o populismo latino-americano seria uma decorrência da modernização acelerada das sociedades da região, com seus processos de industrialização e urbanização tardios. Seria fenômeno distinto daquele observado em países que se industrializaram e se urbanizaram ao longo dos séculos XVIII e XIX, como os da Europa Ocidental. Ali ocorrera a “mobilização gradual de uma proporção crescente da população” do campo para a cidade, e o surgimento de “múltiplos mecanismos de integração”, como “sindicatos, escolas, legislação social, partidos políticos, sufrágio, consumo de massa capazes de absorver esses grupos sucessivos e capazes de lhes dar meios de expressão adequados”.

Aqui, o quadro seria distinto. A partir da crise de 1929, a dinâmica teria ocorrido “de forma vertiginosa”, com “uma transição repentina da passividade tradicional para a mobilização total” (GERMANI, 1973b, p. 24-25).

Em outro trabalho, Germani sublinha:

Como uma repercussão das novas condições criadas pela crise mundial de 1929, produziram-se na Argentina dois processos convergentes: por um lado, iniciou-se uma nova e decisiva fase de industrialização; por outro, houve um ímpeto inusitado de urbanização, com a imigração maciça às cidades de grandes massas do interior do país (GERMANI, 1973a, p. 265).

Mais adiante, o autor destaca uma série de fatores, entre estes “as severas limitações no funcionamento da democracia” e “a descrença geral e pessimismo criado por toda essa experiência, unidos à ausência de partidos políticos” capazes de expressar suas demandas, que deixavam as massas populares urbanas “em disponibilidade”, fazendo com que elas se tornassem um elemento disposto a ser aproveitado por qualquer aventura que lhes oferecesse alguma forma de participação (GERMANI, 1973a, p. 266). Nessa situação pode ocorrer a “identificação da massa com o ‘líder’, o contato direto, pessoal” a indicar “um poderoso vínculo na formação” de uma “pseudoparticipação necessária para o consentimento” (GERMANI, 1973a, p. 272). Embora contestada a partir dos anos 1970, as formulações de Gino Germani e de Torcuato di Tella tiveram imensa repercussão na América Latina e na Europa Ocidental.³

Os casos brasileiro, argentino e mexicano, na primeira metade do século XX, são ilustrativos. Nos três países, houve conflitos no interior das classes dominantes na conjuntura internacional pós-crise de 1929 e no intervalo de duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945). As frações de classe vencedoras de tais embates buscaram incrementar processos de industrialização iniciados em períodos anteriores. Esse padrão de desenvolvimento assentava-se em três pilares básicos: o Estado, o capital estrangeiro e o capital privado nacional, como sócio menor. O capital estrangeiro entrou de forma crescente à medida que os poderes públicos ofereciam condições cada vez mais vantajosas de investimento e de retorno. Mas o elemento definidor foi o Estado.

Os dados dessas transformações, quando confrontados com as mudanças demográficas, são surpreendentes. No caso brasileiro, a parcela de população urbana passou de 31,24% em 1940 para 36,16% em 1950, 44,67% em 1960, alcançando 67,59% em 1980

3 Segundo Angela de Castro Gomes (FERREIRA, 2001, p.22), o estudo pioneiro sobre o populismo no Brasil é o artigo “O que é o adhemarismo”, publicado em 1954 em “Cadernos do Nosso Tempo”. Embora apócrifo, muito provavelmente a autoria é de Helio Jaguaribe (BOITO, 2018, p. 124). Outros marcos importantes são “O populismo na política brasileira”, de Francisco Weffort (1978) e “O colapso do populismo no Brasil”, de Octávio Ianni (1967).

(IBGE, Séries Históricas e Estatísticas). Na Argentina, o processo foi mais precoce: 37,4% dos argentinos viviam nas cidades em 1895, em 1914 já eram 52,7% e em 1960 alcançaram 72% (INDEC, 1991). No México de 1940, por sua vez, 35,1% dos habitantes ocupavam as zonas urbanas. Duas décadas depois, essa fatia chegava a 50,7% e em 1990, 71,3% dos mexicanos estavam fora das zonas rurais (INEGI, 2011: 21).

Mais do que um exercício estatístico, tais números apontam para o brutal processo de desenraizamento de milhões de pessoas de seus locais de origem. Isso implica a alteração de condições de vida, de referências familiares, sociais, afetivas e culturais seculares. No plano político, estava selado o fim de uma legalidade baseada em oligarquias rurais e em suas instâncias de poder, como o latifúndio, o voto censitário e a Igreja, em favor de uma sociedade de massas sem parâmetros de identidade definidos previamente. Essas levas de exilados do campo, juntamente com fluxos de imigrantes, europeus em sua maioria, viriam formar a classe operária dos três países, com reivindicações até então inéditas. As lutas por direitos sociais, trabalhistas e cidadãos criaram demandas que o velho Estado oligárquico jamais conseguiria suprir.

Agindo diretamente no atendimento das insatisfações populares e manejando frações da burguesia, surgia a figura do líder populista, dirigindo o país acima das instituições existentes, entre outros motivos, por elas serem pouco funcionais para o jogo político (quando em decomposição), ou por estarem em processo de formação (de uma nova institucionalidade).

A um só tempo esse líder era nacionalista, autoritário e modernizante, com fortes apelos aos “trabalhadores”, aos “descamisados” e aos “camponeses” contra os “grupos internacionais” (Vargas, 1954), os “inimigos do povo” (Perón, 1955) e a “imprensa antipatriótica” (Cárdenas, 1938). Todos fortemente ancorados no poder de Estado. Além de Vargas, Perón e Cárdenas, podem ser incluídos nessa lista dirigentes como Augusto Sandino (Nicarágua), Jacobo Arbenz (Guatemala), João Goulart e Leonel Brizola (Brasil), entre outros (FERREIRA, 2001, p. 375). O populismo permitiu a entrada das massas empobrecidas no cenário político latino-americano. Em alguns casos, tornou-as atores de peso nos conflitos

distributivos. Até o seu advento, a vida política estava centrada especialmente nas disputas entre facções das oligarquias agrárias. O populismo representou um passo importante na democratização da atividade política, apesar de – contraditoriamente – seu caráter autoritário.

Vargas, Perón e Cárdenas construíram as bases do Estado moderno em seus países e suas referências ultrapassam em muito algo que se pode classificar simplesmente como “culto à personalidade”, embora tal sinal seja muito forte. Ao mesmo tempo, os três líderes, em seu tempo, construíram uma institucionalidade baseada em organizações de massas – sindicatos e partidos, principalmente –, que canalizaram as energias da classe operária em formação, atendendo demandas e impondo limites à ação de tais setores. Essas experiências se assentaram na formação de sociedades de massas, criando as bases do que seria um conceito clássico de populismo, o do líder que dispensa mediações no contato com as grandes maiorias. E se mostraram relevantes para a consolidação e modernização dos Estados nacionais.

Há componentes centralizadores e autoritários na figura do chefe populista. À falta de mediações, ele geralmente se torna a própria encarnação do Estado, da Pátria ou da Nação no imaginário das camadas populares. Na gênese dos três casos clássicos relatados acima, houve crises de hegemonia. Uma das expressões iniciais de um fenômeno desse tipo pode ser uma crise de representação ou de autoridade, quando dado pacto político mostra não atender mais determinadas exigências das forças em disputa.

3. O populismo na era da globalização

em 1991, Rudiger Dornbush e Sebastian Edwards organizaram o livro “The macroeconomics of populism in Latin America”, no qual atribuem as recorrentes crises nos balanços de pagamentos e a própria crise da dívida dos anos 1980 ao que classificavam como populismo econômico:

A história econômica da América Latina parece se repetir infinitamente, seguindo ciclos irregulares e dramáticos. Esse senso de circularidade é particularmente impressionante no

uso de políticas macroeconômicas populistas para propósitos distributivistas. Repetidas vezes, e país após país, as autoridades políticas têm adotado programas econômicos que dependem fortemente do uso de políticas fiscais e de crédito expansivas e moeda sobrevalorizada para acelerar o crescimento e redistribuir renda. Na implementação dessas políticas, geralmente não há preocupação pela existência de restrições fiscais e cambiais. Após um curto período de recuperação e crescimento econômico, gargalos aparecem, provocando insustentáveis pressões macroeconômicas que, no final, resultam em queda de salários reais e graves dificuldades na balança de pagamentos (DORNBUSH; EDWARDS, 1991, p. 7, tradução nossa).

Essa foi uma das primeiras utilizações do termo “populista” em um contexto diverso de sua denominação original, que se referia aos contextos da primeira metade do século XX. Dornbush e Edwards associavam ao populismo condutas tidas como irresponsáveis na seara econômica. Assim, “populismo econômico” tornou-se um conceito derivado do seu correspondente político, o que começava a mostrar a elasticidade de sua aplicação. Seria possível, como aponta o texto, fazer “uso de políticas macroeconômicas populistas” quase como ato de vontade do governante.

O tema populismo voltou a entrar no radar midiático em meados dos anos 2000, por influência direta dos governos sul-americanos eleitos a partir de 1998, quando Hugo Chávez sagrou-se nas urnas presidente da Venezuela. Sem saber como tratar o que aparentava ser uma safra de contornos pouco nítidos, o populismo foi utilizado pela mídia como uma espécie de rótulo genérico dos novos mandatários com discursos antiliberais. Um dos marcos significativos foi a matéria publicada em 2006 pela revista *The Economist*. O título era “The return of populism”.

Entre outras coisas, o semanário britânico dizia o seguinte:

As recentes vitórias eleitorais de Evo Morales na Bolívia, Michelle Bachelet no Chile e Ollanta Humala no Peru são vistas como parte de uma rede esquerdista que também envolve Hugo Chávez na Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, Nestor Kirchner

na Argentina e Manuel López Obrador no México. (...) Apesar de diferentes maneiras e em diferentes graus, todos correspondem à tradição latino-americana de populismo. (...) “Populismo” é um conceito impreciso e esboçado. Mas é fundamental para se compreender o que está acontecendo na região (THE, 2006, tradução nossa).

Sintomática a denominação de conceito “impreciso” e ao mesmo tempo “fundamental” para o vocábulo populismo. De certa forma, sintetiza seu uso como classificador universal para processos políticos pouco claros. Naqueles anos pré-2008, a palavra “populismo” foi repetida como um mantra nos meios de comunicação, calcado nas experiências continentais da primeira metade do século XX. Populismo sintetizaria – repetindo – tudo de negativo que um governante poderia apresentar como comportamento público. Estariam fora dessa denominação, líderes como Mauricio Macri (Argentina), Sebastián Piñera (Chile) e Enrique Peña Nieto (México), todos representantes de variantes do neoliberalismo. Após a crise de 2008 e de sua recidiva em 2014, o termo adquiriu ainda maior destaque nos meios de comunicação. Em dezembro de 2016, a mesma *The Economist* voltava ao assunto, na tentativa de mostrar sua abrangência:

Os populistas podem ser militaristas, pacifistas, admiradores de Che Guevara ou de Ayn Rand;⁴ eles podem ser ativistas que abraçam árvores e se opõem a oleodutos ou negociantistas das mudanças climáticas. O que os torna todos “populistas”? A palavra realmente significa alguma coisa? (WHAT, 2016, tradução nossa).

The Guardian, por sua vez, em 20 de novembro de 2018, constatava que o fenômeno não estaria restrito apenas à periferia e semiperiferia do sistema-mundo:

⁴ Ayn Rand (1905-1982) foi uma filósofa e escritora de origem russa, radicada nos EUA desde a juventude. Criou uma suposta filosofia, denominada Objetivismo, na qual pregava a livre-iniciativa, o individualismo e o ataque à religião. Crítica do coletivismo e do estatismo, tornou-se referência para grupos conservadores.

Partidos populistas tiveram seus apoios mais do que triplicados na Europa nos últimos vinte anos, assegurando votos suficientes para colocar seus líderes em postos de governo em 11 países e desafiando a ordem política estabelecida em todo o continente (LEWIS; CLARKE; BARR; HOLDER; KOMMENDA, 2018, tradução nossa).

Mesmo órgãos conceituados, como *The Guardian* e *The Economist*, abriram leque de ampla abrangência para classificar a situação, colocando em sua bússola personagens dispares entre si.

4. O novo populismo global

Vivemos um novo período histórico. O processo de inserção das economias latino-americanas na divisão internacional do trabalho, moldada no pós-II Guerra Mundial com a industrialização da periferia, se completou nos anos 1980. O nacional-desenvolvimentismo, expressão econômica do período populista clássico, esgotara-se.

A passagem para os anos 1980 marcou o fim de uma época para o capitalismo mundial e com isso as ideias desenvolvimentistas receberam um duro golpe. Nas economias capitalistas avançadas, os anos gloriosos do crescimento econômico — *the golden age* — com base em políticas econômicas keynesianas e sistemas de seguridade social avançados, entraram em declínio. Um novo ciclo da economia mundial se iniciava (MARINGONI; GENTIL; TEIXEIRA, 2010, p. 27).

O processo desses anos é conhecido e sua análise foge aos propósitos deste artigo. Vale ressaltar que a financeirização da economia mundial e o advento do Consenso de Washington (1989) definem as balizas de um novo tempo. Desregulamentação, privatizações, precarização de serviços públicos, redução do papel social do Estado, flexibilização laboral, supremacia absoluta do mercado e rápida queda da qualidade de vida para as maiorias passam a ser as novas regras da economia global. As consequências de um modelo que busca crescentemente se colocar acima das legislações internas a cada país – em especial as que regem as relações de trabalho e comércio – passam a dar o tom, em especial

na periferia. É nessa nova fase que a questão do populismo e das crises de representação ensejadas com a implantação do neoliberalismo e a consequente fragmentação do mundo do trabalho adquirem nova configuração.

4.1. A razão populista, de Laclau

Os debates sobre os sentidos do populismo ganharam um importante aporte teórico nessa fase com o lançamento de “A razão populista”, de Ernesto Laclau, em 2005. Buscando fontes na Ciência Política e na psicologia de massas, Laclau classifica o populismo como

Um processo eminentemente político de construção de identidades coletivas, marcado pela centralidade da ideia de povo. Por sua vez, a construção da ideia de povo é resultado de uma articulação de demandas conforme o processo no qual uma demanda particular, de forma contingente e precária, assume o papel da representação hegemônica dessa ideia (LACLAU, 2013, p. 12).

Laclau ressalta uma importante marca do populismo: seu caráter transitório (LACLAU, 2013, p. 48). Não há maiores detalhes para a afirmação. Podemos com alguma liberdade completar, valendo-nos de um conceito que o autor não utiliza, embora insinue: o populismo se destacaria, sobretudo, por seu caráter *histórico*.

Para o pesquisador argentino, há duas características marcantes na definição do populismo: o líder e a construção do “povo”. Para ele, o “povo” “não é uma expressão de natureza ideológica, mas uma relação real entre agentes sociais” (LACLAU, 2013, p. 122). A construção do “povo” equivale a construção de uma identidade. No populismo ela se faz por contraste ou oposição ao que seriam seus inimigos, a “elite”, os “ricos”, o “imperialismo”, os “imigrantes”, etc. A construção de uma identidade popular sempre é um apelo a algum tipo de organização, o que evidencia mais uma vez o caráter contraditório do populismo. Ao mesmo tempo em que busca a ligação direta com as massas, o fenômeno engendra as bases de sua superação, com o estabelecimento de instâncias mediadoras, numa segunda etapa.

Laclau vale-se de uma das marcas do populismo na tentativa de enquadrá-lo teoricamente:

O populismo (...) não emerge de um exterior absoluto nem avança de tal modo que a situação anterior se dissolva em torno dele, mas procede articulando demandas fragmentadas e deslocadas ao redor de um novo núcleo. A crise da velha estrutura constitui até certo grau uma pré-condição necessária do populismo, pois (...) as identidades populares requerem cadeias de equivalências relativas a demandas não atendidas (LACLAU, 2013, p. 256).

Laclau deixa entrever que a emergência do populismo só tem lugar diante de uma grave crise institucional anterior. As características ou motivos dessa crise – que podem levar a uma ruptura com determinado regime político – são variados e exemplos não faltam ao longo da História. Genericamente, pode-se dizer que uma alteração profunda na estrutura de classes da sociedade leva a que a arquitetura superestrutural existente deixe de representar o consenso de forças ou interesses em movimento. Mas nem sempre uma crise de representação abre caminho para uma configuração populista. Uma situação revolucionária se dá também no bojo de uma profunda crise de representação. A nova institucionalidade daí advinda se estabilizará ou não, a depender da nova correlação de forças.

As crises que geram a *oportunidade* ou a situação populista se dão fundamentalmente no âmbito das relações entre as classes sociais.

5. O novo e o velho populismo

O populismo latino-americano surge, na primeira metade do século XX, como resposta possível ao processo de migração e desenraizamento de largos contingentes populacionais, em especial na rota campo-cidade, como já comentado. Ou seja, como elo de ligação na construção de uma nova identidade em meio a perdas de referências gregárias e associativas. Seria pertinente traçar algum tipo de analogia com a erosão de referências societárias de novo tipo, advindas dos resultados de políticas neoliberais,

com marcas de desmonte em dada relação social? O advento de um *novo normal*⁵ como padrão de desenvolvimento, que envolve baixo crescimento econômico, desemprego estrutural, precarização laboral perene, redução ou não oferecimento de serviços públicos universais e de mudanças comportamentais, como dissolução de vínculos de solidariedade e de identidade de classe, individualismo crescente, etc., observados a partir dos anos 1980-1990 em vários países industrializados, comporiam um panorama de descrença acentuada na institucionalidade, no Estado como espaço público de disputas e na própria política? Tais fenômenos impactaram também as tradicionais organizações sociais construídas a partir da industrialização fordista, a exemplo de sindicatos, partidos e da própria atividade política? Sucessivas crises, como a de 2008, a da pandemia de Covid-19 (2020-2022) e as decorrências globais da guerra da Ucrânia teriam agravado a situação?

Colocando de outra forma: as condições em que surge um possível populismo de novo tipo – mantendo, contudo, a figura do líder providencial acima das instituições – apresentariam analogias com o populismo tradicional dos anos 1930-1960? As condições histórico-sociais dos anos 1990-2020 realmente acarretaram perdas significativas de nexos e lógicas de convivência anteriores e tais situações objetivamente possibilitariam a emergência de um novo tipo de populismo? São questões complexas e cruciais.

É essencial, para se realizar qualquer análise consistente, diferenciar as manifestações do populismo em sociedades em vias de urbanização – como nos casos latino-americanos da primeira metade do século XX – e em seu ressurgimento a partir dos anos 2000. Nesse último período, há outra ordem de problemas em sociedades capitalistas maduras. As pressões por desregulamentação do sistema financeiro, que passam por cima de legislações

5 Termo criado por Mohamed El-Erian, no artigo “A new normal”. Em seus argumentos, após a crise de 2008, a economia romperia antigos parâmetros e passaria a funcionar com baixo crescimento e desemprego elevado. Não haveria a volta ao “normal” pré-crise, mas a uma situação de permanentes tensões. Ver: EL-ERIAN, Mohamed. **A New Normal**. Secular Outlook, mai. 2009. Disponível em: <<https://seekingalpha.com/instablog/296964-living4dividends/4439-secular-outlook-mohamed-el-erian-may-2009-a-new-normal>>. Acesso 18 set 2022.

nacionais, por mudanças estruturais nas legislações trabalhistas, para possibilitar a inserção dos países na nova divisão social do trabalho, impactam decisivamente as relações sociais. A fragmentação do mundo do trabalho joga por terra antigas formas de organizações sindicais e políticas. Surgem formulações à esquerda e à direita sobre uma suposta superação da “forma partido”, enquanto os sindicatos de trabalhadores se enfraquecem (FORBES, 2017) e perdem filiados,⁶ com o desaparecimento de diversas categorias profissionais e elevação drástica do desemprego, em especial no setor industrial.

Em ambos os períodos – primeira metade do século XX e início do século seguinte –, há um denominador comum: formas de representação anterior entram em colapso e novos canais associativos e de representação ainda não estão constituídos. No caso latino-americano, é o período compreendido entre a superação das repúblicas oligárquicas (por volta de 1930) e o advento das ditaduras militares (anos 1960-1970), quando tem lugar uma nova inserção das economias regionais na divisão internacional do trabalho, ao fim dos “30 anos gloriosos” (HOBSBAWM, 1996). Esse é o traço comum definidor e pré-condição para o surgimento do populismo.

Há, no entanto, diferenças marcantes a serem consideradas. Nos três casos daquilo que poderíamos chamar primeira fase do populismo contemporâneo – Vargas, Perón e Cárdenas –, as etapas cumpridas giraram em volta da formação do Estado moderno, do avanço da industrialização e da criação de uma nova institucionalidade, como já mencionado. Daí que o apelo ao povo, como ideia indivisível, era materializado no advento das legislações para a formalização do trabalho. No caso brasileiro, a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) acontece em 1943, no governo Vargas. Na Argentina, uma série de normas previamente existentes foi acrescida de novas leis e sancionadas conjuntamente em 1947, por Juan Domingo Perón, ex-secretário do Trabalho e da Seguridad Social (1943-1945). E no México, a legislação trabalhista é criada anos antes do mandato de Lázaro Cárdenas (1934-1940), mas é reforçada em sua gestão presidencial.

6 Dados sobre taxa de sindicalização nos países da OCDE disponíveis em: <<https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TUD>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

Se o populismo clássico tinha sua mola mestra na unidade nacional contra algum alvo externo ou na unidade do povo contra “as elites”, o populismo surgido a partir do esgarçamento das relações sociais causadas pelas reformas neoliberais ou por um genérico *novo normal* apresenta configuração muito mais complexa.

6. Bolsonaro, Brasil

O caso brasileiro merece destaque. Pode-se classificar Jair Bolsonaro, eleito em 2018, como um presidente populista, como a mídia tem feito? Houve no país condições históricas de crise de representação e deslegitimação do sistema político que possibilitou a ascensão de uma liderança antissistema?

Embora o processo esteja em curso,⁷ há fortes indicações de que a institucionalidade baseada na Constituição de 1988, responsável por estabelecer um *presidencialismo de coalizão*,⁸ entrou em crise e um bipartidarismo informal, entre PT e PSDB, deixou de existir. Agremiações tradicionais – à exceção do PT – tiveram desempenho eleitoral pífio nas eleições presidenciais de 2018. Uma série de direitos sociais inscritos no texto constitucional está sendo questionada, sem que haja clareza do que entrará em seu lugar. O vice-presidente, general Hamilton Mourão, chegou a afirmar ao jornal *Valor Econômico* (em 28 de dezembro de 2018) que o governo faria um “desmanche do Estado”.

O primeiro grande sinal de uma possível crise de representação – que descambaria para uma crise institucional – se deu em junho de 2013, na espantosa onda de mobilizações iniciada com a reação ao reajuste das tarifas de transporte público, em São Paulo. Com pautas difusas e intensas disputas entre “uma esquerda extrapetista em busca de conectar-se com a ‘inquietação’ da nova

7 Essas linhas foram escritas em dezembro de 2022.

8 A expressão foi cunhada por Sérgio Abranches, em 1988. Ela busca classificar o funcionamento de um regime presidencialista em que o Executivo precisa constantemente manter maiorias num Congresso fragmentado para poder governar. O presidencialismo de coalizão já foi associado a práticas próprias de um regime parlamentarista. Ver: ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados - Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 31, 1988.

classe trabalhadora (...) e uma classe média tradicional cansada do 'populismo' do PT" (SINGER, 2017, p. 99), a breve, porém intensa, vaga de contestação acabou por esboçar o arranjo de forças que assumiria o comando do governo a partir de 2018.

A espiral de protestos – sem lideranças aparentes, autoconvocada em redes sociais e com estrutura “horizontal” – foi força motriz de um embate em que a direita acabou por ganhar autoridade nas ruas, algo não visto havia meio século no Brasil. Embora os indicadores de aprovação governamental coletados nos meses anteriores não dessem pistas sobre a ebulição que estava por vir, a popularidade oficial levou um tombo no período imediatamente posterior.

Segundo pesquisa Datafolha, divulgada em 28 de junho de 2013, “Hoje, 30% dos brasileiros consideram a gestão Dilma boa ou ótima. Na primeira semana de junho, antes da onda de protestos que se irradiou pelo país, a aprovação era de 57%” (POPULARIDADE, 2013). Em vinte dias de manifestação, a aprovação caíra 27 pontos.

A presidente recuperou seus indicadores nos meses seguintes, a ponto de disputar e vencer, por pequena margem (51,64% a 48,36%) sua reeleição contra Aécio Neves (PSDB). Mas a vitória eleitoral logo se transforma em profunda derrota política diante da capitulação do governo à pressão do capital financeiro. Para garantir a eleição, o PT reforçou aspectos desenvolvimentistas em sua pregação eleitoral – bem-estar, emprego, renda, manutenção de direitos sociais e investimentos públicos – e acusou seu principal adversário de almejar fazer um forte ajuste recessivo, que redundaria em desemprego e queda de qualidade de vida.

Para surpresa de seu eleitorado, Dilma deu um giro de 180 graus e adotou programa muito semelhante ao que apontara como projeto de seu opositor. A opção da nova gestão se materializou em forte tarifaço em janeiro de 2015, sucessivos aumentos da taxa Selic e um programa de cortes orçamentários que o governo avaliava em R\$100 bilhões, em valores da época.

O Partido dos Trabalhadores comete ali o que opositores à esquerda e à direita chamaram de *estelionato eleitoral* e perde suas bases de sustentação entre setores populares organizados. Em dezembro de 2014, o desemprego era de 6,5%, praticamente um indicador de

pleno emprego. Em abril de 2016, mês do *impeachment*, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho, a taxa quase dobrou, chegando a 11,2%.

Entre 2015 e 2016, o PIB caiu 7,2%, pior resultado desde 1900 (IBGE, 2019). A sensação de insegurança e descrédito com a política se disseminou pela base da sociedade. O Datafolha aponta que 42% da população avaliava como ótimo/bom o governo, em janeiro de 2015, logo após sua segunda posse. Em abril de 2016, pouco antes do *impeachment*, o índice caíra para 13%. Ou seja, em 13 meses, a aprovação desceu 29 pontos.⁹

É bem possível que a decepção entre a intenção do voto – em algo genérico, como “um país melhor”, prometido em campanha – e a realidade imediata dos primeiros meses de governo tenham levado vastos contingentes da população a uma situação de descrédito com a política.

A única sondagem específica sobre essa questão é feita pelo Instituto Latinobarómetro. O índice de aprovação da democracia no Brasil, nos últimos anos, estava assim colocado:

Tabela 1 – Apoio à democracia no Brasil

2010	2011	2013	2015	2016	2017	2018
54%	45%	49%	54%	32%	43%	34%

Fonte: Latinobarómetro, Informe 2018

Há uma queda expressiva no indicador, entre 2015 e 2016. A confiança na democracia tem redução de 22 pontos. Ela volta a subir logo após o *impeachment* de Dilma Rousseff, em abril de 2016, e cai de forma expressiva no ano seguinte. É possível que os números tenham captado não apenas a perda de confiança no governo, mas na própria institucionalidade que o sustentava. Podem ser sinais de uma crise de representação, que acabariam por abrir espaço para uma aventura populista diversa da observada no século anterior.

⁹Disponível em <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/04/1759676-reprovacao-a-gestao-dilma-recua-e-volta-a-nivel-pre-manifestacao.shtml>> e <<https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/presidentes-e-governadores/presidentes/datafolha/avaliacao/dilma>>. Acesso em: 09 set. 2022.

É nesse terreno de descrença e desencanto democrático que a algaravia vaga, simplista e salvacionista da extrema direita cresceu no Brasil. O alvo de suas pregações não são mais difusas “elites”, mas “a corrupção”, os “privilégios dos funcionários públicos”, as Universidades, os “gayzistas”, os “quilombolas” e uma plêiade de personagens eleitos como alvo de um discurso de verdadeiro ódio social.¹⁰ Coroando toda a pregação, há o inevitável apelo à ordem.

7. A fragmentação do trabalho e a indivisibilidade da pátria

Há uma peculiaridade nas expressões do populismo de direita do século XXI. Embora ele tenha sua gênese num processo de crise e faça do apelo direto às massas contra um inimigo comum, sua atuação não busca construir uma institucionalidade inclusiva e solidária, com apelos aos “trabalhadores”, ou aos “descamisados”, como no século anterior. Isso não acontece pelo fato de dirigentes tidos como populistas adotarem políticas econômicas de matriz ortodoxa, que têm entre outros atributos a redução de direitos sociais (entre eles os trabalhistas), cortes em serviços públicos (educação, saúde, segurança, entre outros) e apresentarem um nacionalismo dúbio, que combina patriotismo nas palavras e desnacionalização econômica nos atos. A título de exemplo, é interessante notar qual tem sido a tônica sobre direitos trabalhistas em mais da metade dos países do mundo.

Os pesquisadores Dragos Adascalietti e Clemente Pignatti Morano relatam que entre 2008 e 2014, foram realizadas reformas trabalhistas em 110 países. O objetivo comum a todas é reduzir o custo do trabalho. A argumentação está no artigo “Drivers and effects of labour market reforms: Evidence from a novel policy compendium” (ADASCALIETI; MORANO, 2016).

Se a constituição do novo populismo pode abarcar a fragmentação liberal, esse populismo subverte as bases que marcaram as experiências do início do século XX. Ou seja, temos não um

10 Na definição de Brugger (2007, p. 181), “o discurso do ódio refere-se a palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas”.

populismo que busca realizar uma síntese, mas um fracionamento social. Seu objetivo não é a Nação, mas as diversas *subnações* existentes dentro de uma nacionalidade maior: o “povo de Deus”, as “pessoas de bem”, etc. “Pátria”, “Deus” e “Amor”, a tríade que marca as intervenções públicas de alguns membros do governo de Jair Bolsonaro – inclusive a sua própria –, são totalizantes nas palavras, mas buscam discriminar claramente “o outro”.

Em seu discurso de posse, o presidente chegou a afirmar que o atentado sofrido na campanha eleitoral, em 6 de setembro de 2018, foi obra dos “inimigos da Pátria”. Bolsonaro e Pátria seriam, dessa forma, um ente só e indivisível. Os inimigos de Donald Trump são os “inimigos da América”, assim como os inimigos de Hugo Chávez eram também os inimigos “da Pátria”.¹¹ Embora exista aqui o risco de se centrar a análise do fenômeno populista nos personagens, e não em seus contextos históricos e políticos, é importante reconhecer a tentativa de distintas lideranças estabelecerem uma simbiose quase metafísica com o que seria um ente pretensamente totalizante, em busca de legitimidade.

Embora a fusão entre líder e Nação seja observada em várias lideranças populistas, essa expressão em si não marca o líder populista. Winston Churchill, em tempos de guerra, tentou realizar essa simbiose e jamais foi classificado como populista. No caso brasileiro, além da decepção com Dilma e a emergência de um antipetismo de massas que se configura em ódio social, há que se levar em conta a prisão do candidato que despontava na frente em todas as pesquisas, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sua retirada forçada da disputa pode ter ajudado a erodir parte da legitimidade institucional de um país em forte crise econômica. E colocar a fragmentação social como parte do novo normal. Nessa situação, o populismo não vem para criar uma nova institucionalidade estável. Ele precisa da instabilidade e da tensão permanente para se legitimar. E aqui surge um populismo profundamente autoritário, violento e de tinturas fascistas.

11 Não há aqui nenhuma alusão a proximidade política ou não entre os três dirigentes.

8. Considerações finais

As classificações usuais de populismo definidas pela literatura acadêmica mais recente buscam enquadrá-lo nas vertentes de estratégia, ideologia, lógica política, comportamento, modo de governar, mobilização política, discurso ou estilo, entre outras acepções (MOFFITT, 2016). Todas incorrem – ao nosso ver – em dois equívocos primordiais: 1. Entender o populismo como um *objeto* e não como uma *possibilidade* dentro de determinadas condições e 2. Abstrair a historicidade dessas condições. Assim, não poderia existir, liminarmente, um “comportamento” populista, um “estilo” populista” ou uma “prática populista” que preceda as condições objetivas de sua realização.

Como se pode classificar o populismo de direita da segunda década do século XXI? Não é tarefa das mais fáceis, pois o fenômeno se apresenta caudatário de um nacionalismo xenófobo e antiliberal em alguns países europeus – Grã Bretanha, Alemanha, França – e adepto de um ultraliberalismo privatista e antiestatizante em outros, em especial na periferia, como o Brasil.

Se adotarmos como verdadeira a hipótese de que o populismo é fenômeno histórico que pode se manifestar em situações de aguda crise de representação, resultando na construção de algum tipo de “identidade” ou “unidade” de um povo – e povo aqui não necessariamente equivale à “Nação”, mas a determinada *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2012) –, como combinar a formação dessa unidade em tempos de acentuada fragmentação do mundo do trabalho?

O debate sobre populismo traz em si um dilema. Por não ser um movimento ou uma corrente política, mas um termo – e não um conceito – de contornos indefiníveis, a denominação pode ser o sintoma de uma situação anômala e sem classificação própria. Pois se o populismo é um fenômeno transitório e historicamente determinado, a emergência dessa indefinição *antiestablishment*, surgida em meio a contestações sobre a representação institucional por parte de lideranças e manifestações – não deixemos de lado a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, as Jornadas de Junho, os Coletes Amarelos, etc. – podemos estar diante de uma situação que gere um populismo imponderável, que radicalize

suas características centralizadoras, autoritárias e antidemocráticas no terreno da política, ao mesmo tempo em que exacerba marcas ultraliberais e fragmentárias.

O que há de comum entre as diversas vertentes políticas aleatoriamente classificadas como *populistas* é um discurso fortemente nacionalista e antissistêmico. O que confunde os analistas é o fato desse discurso não ter viés ideológico claro e por se colocar genericamente contra um “outro”, materializável a cada momento. Podem ser as “elites”, “os estrangeiros”, as “perdas internacionais”, o imigrante, o corrupto, o gay, concorrentes comerciais (China, Rússia, México, Mercosul, ONU, etc.) ou outros alvos visíveis. Do lado da esquerda e na periferia, o ímpeto populista tem claras conotações antiimperialistas (contra “as privatizações”, o “capital externo”, a “CIA”, etc.). Do lado da direita, há um estímulo forte à exclusão social, ao racismo e ao preconceito.

O fenômeno não é causa determinante e nem pode ser invocado conscientemente por qualquer agente político. Ninguém é populista porque e quando quer. Isso corresponde a necessidades históricas objetivas.

O populismo é resultado de situações políticas, históricas e locais muito particulares. Ele seria um processo de interregno, como aludido por Gramsci, e que se tornou quase um lugar-comum sociológico: “A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados” (GRAMSCI, 2002, p. 184). O populismo é fenômeno próprio de interregnos históricos.

Se o avanço da globalização neoliberal foi movida pela avassaladora força expansiva do capitalismo que implodiu projetos isolacionistas como o socialismo real e mesmo regimes com certo grau de autarquização, guiados por um Estado forte – como a socialdemocracia europeia ou o nacional-desenvolvimentismo latino-americano –, as demandas por democracia direta, nacionalismo, exclusivismo, oposição ao imigrante e a inviabilidade crescente de projetos nacionais autônomos na periferia e na semiperiferia podem indicar uma crise sem volta da democracia liberal. A forma de governo com divisão de poderes, esboçada na Revolução Francesa e universalizada no segundo pós-Guerra, pode estar

também vivendo uma crise sem contornos claros de superação. Ironicamente, a derrota de ensaios antissistêmicos entre 1917 e 1991 – período dos regimes de corte soviético – deixou um vácuo de contestação prática ao avanço neoliberal. A oposição agora parte da esquerda e da extrema direita, em movimentos distintos, que ensejam nacionalismos, religiosidades e disputas étnicas e culturais. A distinção de identidades transversais a classes ou nações emerge como características novas nas últimas três décadas.

Se o populismo, tal qual classificado neste estudo, representa também um interregno antes do surgimento de novas formas de representação – e de dominação – então o *populismo* atual tem esse nome à falta de classificação melhor tanto na academia quanto na vida política real. Trata-se de um genérico disruptivo (com o perdão do lugar-comum), rumo talvez a um *novo normal* de instabilidades e exceções.

Este texto tem por título uma pergunta: existe um populismo contemporâneo? A resposta vem rodeada de tensões e condições e é difícil apresentá-la de outra forma. Se admitirmos a existência de um populismo do século XXI – e o artigo chega à conclusão de que existe –, não só seus pressupostos e consequências são distintos do fenômeno observado na primeira metade do século XX, como suas bordas de definição devem ser ainda mais elásticas. Por esses motivos é fundamental levar em conta, antes de tudo, a historicidade das condições para seu surgimento. Tais tensões são partes constituintes do debate sobre o populismo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio, Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro, **Dados - Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 31, 1988.

ADASCALIETI, Dragos; MORANO, Clemente Pignatti. Drivers and effects of labour market reforms: Evidence from a novel policy compendium. **IZA Journal of Labor Policy**, ago. 2016.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Porto: Edições 70, 2012.

BARBOSA, Rubens. Mercosul em perspectiva. **Nossa América**, no. 23, São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2006.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (org.). **A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 3ª edição. Brasília: Editora UnB: LGE Editora, 2004.

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil: Os conflitos de classe nos governos do PT**. São Paulo: Editora Unicamp: Editora Unesp, 2018.

BRUGGER, Winfried. Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. **Revista de Direito Público**. Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Público, ano 4, v. 15, n. 117, jan./mar. 2007.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. **Tempo**. Rio de Janeiro: EdUFF, vol. 1, no. 2, 1996.

CENSOS Nacionales de Población y Atlas Demográfico de la República Argentina. Resultados provisionales. **INDEC**, 1991.

CONNIFF, Michael L. **Populism in Latin America**. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 1999.

DORNBUSCH, Rudiger; EDWARDS, Sebastian. **Macroeconomics of populism in Latin America**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do Caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições**, São Paulo: Vestígio, 2019.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

FORBES. "Which countries have the highest level of labor union membership?" 20.06.2017 <<https://www.forbes.com/sites/niallmccarthy/2017/06/20/which-countries-have-the-highest-levels-of-labor-union-membership-infographic/?sh=74b8240133c0>> Acesso em 11 ago 2023

GERMANI, Gino, **Política e sociedade numa época de transição**, São Paulo: Editora Mestre Jou, 1973a.

_____. Democracia representativa y clases populares. In: GERMANI, Gino; DI TELLA, Torcuato; IANNI, Octavio. **Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica**, Cidade do México: Ediciones Era, S. A., p. 83-150, 1973b.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 3, 2002.

HELLINGER, Daniel. **La política venezolana en la época de Chávez**. Caracas: Nueva Sociedad, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

IANNI, Octávio, **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

IBGE – Séries Históricas e Estatísticas - IBGE | Séries Estatísticas & Séries Históricas. Acesso em 08.08.2023

INEGI (Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática). **Indicadores Sociodemográficos de México (1930-2000)**. Cidade do México, 2001. <https://www.inegi.org.mx/contenido/productos/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/historicos/2104/702825493875/702825493875_1.pdf> Acesso em 11 ago 2023

JUDIS, John B. **The Populist Explosion: How the Great Recession Transformed American and European Politics**. Nova York: Columbia Global Report, 2016.

KAZIN, Michael. **The Populist Persuasion: An American History**. Cornell University Press, 1998.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LEVINE, Daniel H. **Politics, religion & society in Latin America**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2012.

LEWIS, Paul; CLARKE, Seán; BARR, Caelainn; HOLDER, Josh; KOMMENDA, Nikko. Revealed: one in four Europeans vote populist. **The Guardian**, nov, 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/ng-interactive/2018/nov/20/revealed-one-in-four-europeans-vote-populist>>. Acesso em 23 ago 2022.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACKINNON, Maria Moira; PETRONE, Mario Alberto. **Populismo y neopopulismo en América Latina: el problema de la Cienicienta**. Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1998.

MAN, Laura; DÁVILLA, Paula. **Historia del movimiento obrero y del sindicalismo en Argentina**. Buenos Aires: Confederación de Educadores Argentinos, 2009.

MARINGONI, Gilberto; TEIXEIRA, Aloísio; GENTIL, Denise. **Simonsen e Gudin – Desenvolvimento:** o debate pioneiro de 1944-1945. Brasília: Ipea, 2010.

MARINGONI, Gilberto. **A Venezuela que se inventa:** Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **A revolução venezuelana,** São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MOFFITT, Benjamin. **The global rise of populism:** Performance, political style and representation. Stanford: Stanford University Press, 2016.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populism:** a very short introduction. Londres: Oxford University Press, 2017.

MÜLLER, Jan-Werner. **What is populism?** Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2016.

PARKER, Cristián. **Religião, política e cultura na América Latina:** novos olhares. Universidad de Santiago de Chile, 2012.

POPULARIDADE de Dilma cai 27 pontos após protestos. **Folha de S. Paulo,** 29 jun. 2013. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>>. Acesso em 1 ago 2023.

REVELLI, Marco. **Populismo 2.0.** Turim: Giulio Einaudi Editor, p. x – y., 2017.

SINGER, André. **O lulismo em crise:** Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOBRINO, Jaime, **La urbanización en el México contemporáneo,** CEPAL/ CELADE, 2011 (https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/jaime_sobrino.pdf)

THE return of populism. **The Economist,** Londres, 12 abr. 2006. ISSN 00130613. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/6802448>>.

WHAT is populism. **The Economist,** Londres, 16 dez. 2016, ISSN 00130613. Disponível em: <<https://www.economist.com/the-economist-explains/2016/12/19/what-is-populism>>.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.